



## Sindipúblicos entrega Plano de Lutas ao governador

Pág 02



Aposentados e carreiras extintas na vacância:  
Sindipúblicos cobra celeridade nas providências

Pág 05



Crédito: Condsef

Governo Bolsonaro quer votar Reforma  
Administrativa que ataca serviço público

Pág 06



VII Congresso do Sindipúblicos aprova Plano de  
Lutas da categoria

Pág 06



#Curtas: SAS é reativado | Nomeação dos ASE's |  
Modulação da Lei 187/2000

Pág 07



## Sindipúblicos debate Plano de Lutas com o governador

O Sindipúblicos foi recebido no último dia 13 de setembro, pelo governador Renato Casagrande para debater o Plano de Lutas aprovado pela categoria no VII Congresso do Sindipúblicos. Na ocasião, foi entregue ao governador o Caderno de Teses que norteou o VII Congresso e as pautas aprovadas na Plenária Final do evento.

Foram tratadas questões que passam pela valorização dos servidores e servidoras, com concessão de reajuste que recomponha o poder de compra; aumento dos valores pagos como auxílio-alimentação e diárias; realização de concurso público e convocação de aprovados; pagamento de precatórios; diferenças salariais entre os níveis de carreira; garantias para aposentadorias dos servidores atingidos pela inconstitucionalidade da Lei Complementar 187; tratamento

adequado e justo para as carreiras colocadas em vacância pelo executivo e excluídas dos projetos de reestruturação; ocupação de cargos de diretoria por servidores efetivos; construção de políticas públicas voltadas para aposentados, entre outros pontos. Também foi ressaltada pelo Sindipúblicos a necessidade de manutenção de um canal permanente de diálogo entre o Governo e os servidores. Diante do apresentado, houve compromisso do governador Renato Casagrande com pautas importantes para a categoria – como a garantia de aposentadoria dos impactados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei 187; a construção de soluções para os cargos não inseridos na reestruturação de carreiras do executivo; a nomeação dos aprovados no último concurso da Sedu e também de que será mantida uma mesa

de negociação permanente para debate e estudo das pautas que não puderem ser tratadas no ano de 2022.

Sobre a reunião, o presidente do Sindipúblicos, Iran Milanez Caetano, considerou que **“o governador foi sensível à pauta, ouviu as reivindicações e prometeu, caso eleito, melhorar a interlocução com o Sindicato. Mas sabemos que há a necessidade da organização da categoria para que as pautas apresentadas sejam levadas a frente”**.

Ele ressaltou a necessidade de que a categoria se mantenha unida e mobilizada para acompanhar a pauta e cobrar o atendimento das reivindicações.

*Confira nas próximas páginas os principais pontos tratados junto ao Governador Renato Casagrande.*

## Sindipúblicos cobra do Governo reajustes que recomponham o poder de compra dos servidores

A diretoria do Sindipúblicos reforçou durante a reunião com governador que qualquer discurso de valorização dos servidores e melhoria do serviço público prestado aos capixabas precisa ter como um dos aspectos tratados a retomada do poder de compra dos servidores (as) e recomposição das perdas salariais do funcionalismo.

**Nos últimos 20 anos, os servidores públicos do Espírito Santo amargaram 53,28% de perdas salariais.** Os dados apurados mês a mês de fevereiro de 2002 a agosto de 2022 constam no estudo feito pelo escritório capixaba do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIE-

ESE-ES).

Somente nesta gestão, desde a posse de Casagrande em janeiro de 2019, foram 12,77% de perdas inflacionárias, mais aumento de 3% no desconto a título de alíquota previdenciária, totalizando 15,77% na diminuição do poder de compra do servidor.

Esses dados não consideram a reestruturação de carreiras do executivo – que o Governo do Estado tem chamado de reajuste, mas se trata tão somente de antecipação da progressão na carreira para diminuir a diferença salarial entre a entrada do servidor no serviço público e sua aposentadoria.

Essa antecipação foi pensada

para aumentar o recolhimento das parcelas previdenciárias pagas pelo servidor no início da carreira, não podendo ser confundido com o reajuste linear, que neste ano foi de 6%.

Tanto é verdade, que a antecipação chamada de aumento pelo governo não foi aplicada a todos os servidores, decai conforme o tempo que a pessoa tem no funcionalismo e não impacta, de maneira nenhuma, nos proventos de aposentadoria. **Por isso, o Sindipúblicos reforça a necessidade de aumento real para todos os servidores. Sem isso, não é possível falar em valorização nem em prestação adequada de serviço público.**

### Expediente

#### Diretoria executiva:



**Presidente:**  
Iran Caetano



**Vice-Presidente/Comunicação:** Rodolfo Melo



**Secretaria Geral:** Silvia Sardenberg



**Finanças:** Magna Manoeli



**Administração e Patrimônio:** Emmanuelle de Oliveira



**Jurídico:** Renata Setubal



**Org. Saúde e Prev. e Aposentados:** Luiz Tupinambá



**Relações e Formação Sindical:** José Roberto



**Cultura e Eventos:**  
Francisco Hosquem

#### Equipe de Comunicação:

Douglas Dantas (edição) e Fabiana Bissoli.

**Colaboração (textos):** Marcos Gomes “Djavan”

**Fotos:** Divulgação / Zanete Dadalto

**Diagramação:** Daniela Barros Comunicação e Marketing

# Auxílio-alimentação: Sindipúblicos destaca alta na inflação e cobra urgência no reajuste dos valores

*Servidores distribuem alimentos à população durante Ato do Incaper*

Outra questão citada na reunião da diretoria do Sindipúblicos com o governador Renato Casagrande foi a falta de correção do auxílio-alimentação, um dos mais baixos de todo o Estado. A última atualização no auxílio-alimentação do executivo estadual foi ainda em 2018, realizado pelo então governador Paulo Hartung, que instituiu o valor de R\$ 300 (40h). À época, o preço da cesta básica era de R\$ 424,21 (Dieese, janeiro de 2019). Atualmente, já custa R\$ 697,39 (Dieese, agosto de 2022). Ou seja, o auxílio, que no momento de seu cálculo já era insuficiente, agora não paga nem a metade do mais básico para a manutenção mensal de uma pessoa. Ainda, foi chamada a atenção do governador para a enorme discrepância que existe entre o pago aos trabalhadores do executivo e de outros Poderes. Também, que até mesmo as prefeituras municipais, que teoricamente possuem menos recursos, tratam melhor a alimentação de seus servidores. Sobre o assunto, o governador afirmou que se encontra em pro-



cesso de licitação a adoção de um cartão para pagamento do auxílio-alimentação e que, com a mudança do formato, será possível estabelecer índices de reajuste. Questionada sobre o tema, a Seger apontou que o processo licitatório para implantação do pagamento via cartão se encontra na PGE para manifestação. O vice-presidente do Sindipúblicos, Rodolfo Melo, ressalta a urgência no reajuste do auxílio-alimentação. “O processo licitatório já dura três anos, desde outubro

de 2019, estendendo a penúria dos servidores e fazendo com que a enorme inflação no preço dos alimentos tenha corroído a capacidade de compra. Isso piora, em muito, a vida dos servidores” Rodolfo lembra, ainda, que o auxílio-alimentação foi negado pelo Governo do Estado por muitos anos. Somente com a mobilização e a manutenção do assunto na pauta de demandas cobradas dos gestores estaduais que o pagamento foi reestabelecido ao funcionalismo.

| Poder                     | Auxilio pago        | x 30 dias    | Dividido por 30 dias |
|---------------------------|---------------------|--------------|----------------------|
| Tribunal de Contas do ES  | R\$ 83,60 por vale  | R\$ 1839,20  | R\$ 83,60            |
| Tribunal de Justiça do ES | R\$ 66,22 por vale  | R\$ 1456,84  | R\$ 66,22            |
| Assembleia Legislativa    | R\$ 1.473,27 mensal | R\$ 1.447,27 | R\$ 49,10            |
| Governo do Estado do ES   | R\$ 300 mensal      | R\$ 300      | R\$ 10               |

| Prefeitura       | Auxilio pago | Período | Dividido por 30 dias |
|------------------|--------------|---------|----------------------|
| C. de Itapemirim | R\$ 700,00   | Mensal  | R\$ 20,33            |
| Vitória          | R\$ 550,00   | Mensal  | R\$ 18,33            |
| Serra            | R\$ 525,00   | Mensal  | R\$ 17,50            |
| São Mateus       | R\$ 500,00   | Mensal  | R\$ 16,67            |
| Colatina         | R\$ 440,00   | Mensal  | R\$ 14,67            |

## Aposentados e carreiras extintas **na vacância:** Sindipúblicos cobra celeridade nas providências

Na reunião do dia 13 de setembro com o governador Casagrande, o Sindipúblicos também cobrou celeridade nas providências a serem tomadas para atender os servidores ocupantes de cargos a serem extintos na vacância e para os aposentados. Em resposta, o governador afirmou que existe um estudo sendo realizado pela Seger para buscar soluções que abranjam as distintas carreiras e situações existentes e se comprometeu a pedir que a Seger trate o tema com a celeridade que o assunto merece. “De fato **não é justo deixarmos uma parte da categoria sem ser**

**contemplada devido ao cargo estar sendo extinto. Eles continuam atuando. Vamos rever isso”** comentou o governador em reunião ainda em abril de 2022.

### **Seger**

A assessora especial de relações sindicais da Seger, Marli Breda, afirmou que o estudo ainda não foi concluído porque o tema exige análise detalhada. Segundo ela, são muitas carreiras com estruturas diferentes, o que gera complexidade para a construção de soluções que atendam a todas que foram excluídas do



projeto de reestruturação. Afirmou ainda que a expectativa é de que a Seger apresente a resposta sobre o tema até o fim de novembro. O presidente do Sindipúblicos, Iran Caetano, ressaltou que o projeto de reestruturação aprovado pela Seger não contemplou os servidores aposentados, os que estão em carreiras extintas e aqueles que têm mais tempo no serviço público e estão nas referências finais de carreira. Por isso, a simples repetição do modelo adotado para a reestruturação não é justa e não tem a capacidade de resolver o problema da falta de isonomia entre os servidores.

## Casagrande **responde sobre pagamento do Precatório da Trimestralidade**

**Questionado sobre o pagamento dos Precatórios da Trimestralidade, o governador Renato Casagrande destacou** que “a questão é complexa e passa por medidas judiciais desde 2003. Mais recentemente, foi proferida decisão do Conselho Nacional de Justiça para determinar a revisão dos cálculos dos precatórios (que atingiam, sem recálculo, mais de R\$ 15 bilhões), porque exis-

tiam erros neles. O CNJ determinou a suspensão do pagamento de todos os precatórios da “trimestralidade”, inclusive aqueles que já tenham sido objeto de recálculo, até o trânsito em julgado de ações propostas contra eles”.

Também complementou que “conforme o CNJ, a suspensão do pagamento dos Precatórios da Trimestralidade prevalece

também até a realização de conferência dos cálculos de liquidação. Assim, a Procuradoria-Geral do Estado contratou vários contadores para realizar os novos cálculos”.

O governador revelou que a intenção é “chegar aos valores corretos a serem pagos aos servidores e efetuar esses pagamentos, pondo fim a essa questão que já se arrasta há muito tempo”.

## Governo Bolsonaro quer votar Reforma Administrativa que **ataca serviço público**

Em recente entrevista à Globo-News, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), prometeu colocar em votação a Reforma Administrativa (PEC 32) defendida por Bolsonaro.

Membro do “Centrão”, Lira foi reeleito para mais um mandato na Câmara e promete manter a agenda de redução de direitos dos trabalhadores e servidores conforme defendido por Bolso-

naro e Guedes.

A PEC 32 defendida pelo atual governo traz inúmeras mudanças nas leis que regem a administração pública. Entre essas o fim da estabilidade; a ampliação de atividades terceirizadas e contratações temporárias; redução dos concursos públicos. Também há mudanças na remuneração e limitação nos planos de cargos e salários impedindo ‘gratificação’ adicional

por tempo de serviço.

“A mobilização precisa ser permanente para evitar que uma proposta tão danosa ao serviço público e ao país seja aprovada. É o momento dos servidores e da sociedade dizer sim ao fortalecimento do serviço público” comenta Iran Caetano, presidente do Sindipúblicos.

*Com informações CSP/Conlutas.*

## VII Congresso do Sindipúblicos aprova **Plano de Lutas da categoria**

De dez a 11 de agosto os sindicalizados estiveram reunidos em Nova Almeida no VII Congresso do Sindipúblicos participando de debates e grupos de trabalho que elaboraram o Plano de Lutas da categoria para os próximos anos. Dentre os pontos constantes no Plano de Luta estão a valorização dos servidores com conces-

são de reajuste que r e -

componha o poder de compra; aumento dos valores do auxílio-alimentação e diárias; realização de concurso público e convocação de aprovados; pagamento de precatórios; tratamento ade-



quado para as carreiras colocadas em vacância; construção de políticas públicas voltadas para aposentados, entre outros. Também foram eleitas a Comissão de Ética, conforme previsão estatutária; o Coletivo das Mulheres e de Formação, segundo sugerido pelos grupos de trabalho e aprovado pela plenária e empossados os delegados sindicais. Quanto a Reforma do Estatuto, a Plenária deliberou por aprofundar a discussão e convocar uma assembleia específica até 2023 para tratar sobre o assunto.



## Desde 2013 sem reajuste, atualização das diárias é urgente

A enorme defasagem no valor das diárias pagas aos servidores que viajam a trabalho para o Governo do Estado também foi abordado durante reunião com Casagrande. Ao governador, foi apontado que o valor, congelado desde 2013 em R\$ 112, está longe de atingir a finalidade a que ele se destina, que é a cobertura de despesas com alimentação e hospedagem do servidor público que, em caráter eventual ou transitório a serviço, afasta-se do município onde tenha exercício regular. Frisou-se que o Decreto nº 3328-R/2013 prevê que a Seger poderá publicar anualmente a atualização dos valores das diárias de viagens, mediante aplicação do coeficiente representativo da variação da inflação, nos termos do IPCA. A atualização anual, no entanto, não ocorre. Com isso, servidores que viajam a trabalho não conseguem cobrir os custos básicos com hospedagem e alimentação, tendo que optar entre cobrir as despesas de trabalho com dinheiro do próprio bolso ou retornar às suas casas e deixar a conclusão da prestação de serviço para outro dia. **“Os baixos valores de diárias atrapalham a prestação do serviço**

**público e colocam em risco a atuação dos servidores.** É preciso que estejamos atentos a fatores como esse, que muitas vezes escapam da discussão de reajuste salarial, mas tem enorme importância para o cotidiano do funcionalismo” comentou a diretora jurídica do Sindipúblicos, Renata Setubal. O governador admitiu a insuficiência dos valores e afirmou o compromisso de se debruçar sobre o tema e tornar a possibilidade de atualização periódica objeto da mesa permanente de negociação. Questionada sobre a defasagem no valor das diárias, **a Seger respondeu que “É preciso reconhecer que ainda temos muitos desafios e o valor das verbas indenizatórias a título de diárias é um deles.** Existe uma defasagem não só de valores, mas também da política de diárias que sofre de um lapso temporal grande. O que estamos fazendo é uma avaliação para remodelar a nossa política de diárias. Temos um corpo técnico trabalhando para encontrar possibilidades de avançar na metodologia aplicada. Essa atualização deve permitir não só o reajuste desses valores, mas também impedir que haja intervalos como esse”.

### #Curtas



#### SAS é reativado

Para melhor atender e acolher as demandas dos sindicalizados, a nova diretoria do Sindipúblicos reativou o Serviço de Acolhimento ao Servidor Público (SAS). A diretora Renata Setubal será a diretora responsável por este atendimento.

#### Nomeação dos ASE's

Após muita luta e pressão do Sindipúblicos e da categoria, o governo anunciou a nomeação, a partir de 19 de outubro, dos ASE's aprovados no concurso para a SEDU. A expectativa dos ASE's é que, com a chegada de novos colegas, diminua o excesso de sobrecarga e reduza práticas de assédio moral.

#### Modulação da Lei 187/2000

Depois da atuação do Sindipúblicos que se reuniu com a PGE, governador e IPAJM, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou a modulação da inconstitucionalidade da Lei 187/2000 que impedia a aposentadoria de servidores que eram celetistas e foram transformados em estatutários. Com as determinações do STF o Sindicato está analisando cada caso dando suporte para garantir a aposentadoria dos sindicalizados, para isso os interessados devem agendar atendimento jurídico no Sindipúblicos.



28 de Outubro - Dia do Servidor Público

Renovamos nossa gratidão, respeito e homenagem a todos os servidores públicos que exercem suas profissões com dignidade e dedicação. Vamos juntos fortalecer a luta por serviços públicos de qualidade. Acompanhe nosso site e redes sociais e fique ligado no lançamento da campanha salarial 2022/23!

# Centrais entregam pauta à Casagrande e cobram manutenção de diálogo

No dia 08 de outubro, as Centrais Sindicais, incluindo a Pública Central do Servidor, na qual esse Sindipúblicos é filiado, entregou a pauta coletiva dos trabalhadores do serviço público e privado no Espírito Santo ao governador Renato Casagrande. Dentre as 13 reivindicações que constam na carta (Confira abaixo), estão o fortalecimento do serviço público e estadual, com valorização dos servidores, recomposição inflacionária das perdas salariais, regulamentação da data base e instituição de uma mesa de negociação permanente; a defesa intransigente da democracia, do

Estado Democrático de Direito, laico e republicano.

O governador se comprometeu a manter o diálogo em uma mesa permanente de negociação, garantiu ainda que manterá o Banestes e a Cesan públicos e estaduais e assumiu o compromisso de se somar às frentes que defendem uma democracia plena contra retrocessos institucionais. “Esse compromisso do governador mostra sua disposição ao diálogo para avançar nas nossas pautas. Continuaremos firmes na luta cobrando que nossas reivin-



dicações sejam atendidas e o diálogo com o governo estadual seja permanente para encaminhamento das demandas dos servidores” comenta Iran Caetano, diretor da Pública Central do Servidor. Além da Pública, assinaram o documento a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, Nova Central Sindical e Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

1. Defesa intransigente da democracia, do Estado Democrático de Direito, laico e republicano, e fortalecimento e garantia dos direitos humanos e sociais.

2. Defesa de um processo de desenvolvimento social e desconcentrado, com valorização do trabalho e dos trabalhadores e das trabalhadoras públicos e privados;

3. Fortalecimento das políticas públicas e dos instrumentos de inclusão social, de combate ao machismo estrutural e à violência contra as mulheres e a juventude preta e periférica, do respeito à liberdade das confissões religiosas, à orientação de gênero e combate às desigualdades sociais e de classe;

4. Apoio e engajamento à candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

frente à ameaça fascista e conservadora;

5. Fortalecimento do serviço público estadual com a realização de concursos públicos e valorização dos servidores, com recomposição inflacionária das perdas salariais, regulamentação da data base e instituição de uma mesa de negociação permanente;

6. Instituição de uma MESA permanente de diálogo com as centrais sindicais, sindicatos e com os movimentos sociais do campo e da cidade;

7. Manutenção do Sistema Financeiro Banestes - Banestes e subsidiárias – público e estadual;

8. Manutenção do Cia. Espírito Santense de Saneamento pública e estadual;

9. Criação da Secretaria Estadual do Trabalho;

10. Garantia da participação dos Atingidos por Barragens na discussão de todo orçamento da reparação e a inclusão da sociedade civil capixaba, principalmente no debate das ações estruturais a serem realizadas com esse orçamento;

11. Implementação de uma Política Estadual para os Atingidos por Barragens

12. Homologação da lei de reconhecimento das comunidades de religiões de matrizes africanas como patrimônio imaterial da cultura capixaba;

13. Criação do piso salarial regional acima do salário-mínimo;